



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

**EDITAL Nº 10/2026/DETRAN-CPLMS**

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/DETRAN-RO**  
AMPLA CONCORRÊNCIA  
(Processo Administrativo nº 0010.032412/2025-56)

**RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO**

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 06/04/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">http://www.comprasgovernamentais.gov.br</a> - UASG 926002		Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 30/03/2026.
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, em ambientes internos e externos, nas unidades do DETRAN/RO localizadas em Porto Velho.		
<b>Valor Estimado da Contratação (Global):</b> R\$ 192.815,27 (cento e noventa e dois mil oitocentos e quinze reais e vinte e sete centavos)		
<b>Registro de Preços?</b> Não	<b>Vistoria:</b> Não	<b>Instrumento Contratual:</b> Termo de Contrato
<b>Forma de Adjudicação:</b> Menor Preço por grupo único	<b>Modo de disputa:</b> aberto	<b>Intervalo mínimo entre lances:</b> R\$ 100,00
<b>Licitação Exclusiva ME/EPP?</b> Não	<b>Reserva Cota ME/EPP?</b> Não	<b>Exige amostra/demonstração?</b> Não
<b>Planilha de custos e formação de preços:</b> Não		
<b>Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares:</b> 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens		
<b>E-mail para contato:</b> <a href="mailto:cpl@detran.ro.gov.br">cpl@detran.ro.gov.br</a> e/ou <a href="mailto:cpldetranro@gmail.com">cpldetranro@gmail.com</a>		



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/DETRAN-RO**  
AMPLA CONCORRÊNCIA  
(Processo Administrativo nº 0010.032412/2025-56)

**1. PREÂMBULO**

1.1. Torna-se público que o (a) Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio de seu PREGOEIRO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “**ABERTO**”, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme descrito neste Edital e seus **ANEXOS** nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual 21.675/2017 e Decreto Estadual 28.874/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo como interessada a Coordenadoria de Administração - COADM.

1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br>.

1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a)

Pregoeiro(a) em contrário.

1.5. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

1.6. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no Departamento Estadual de Trânsito, sito a Rua Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, em Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592, e-mail para contato: [cpl@detran.ro.gov.br](mailto:cpl@detran.ro.gov.br) e/ou [cpldetranro@gmail.com](mailto:cpldetranro@gmail.com).

## 2. OBJETO

2.1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, em ambientes internos e externos, nas unidades do DETRAN/RO localizadas em Porto Velho, conforme especificações contidas no Termo de Referência (69840802).

2.1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal do Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.2. **Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.4. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas.

2.3. **Da garantia contratual:** Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto não apresenta grande complexidade, conforme item 25.7 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas.

2.4. **Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 11 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5. **Da vigência contratual:** A vigência contratual será de 01 (um) ano a contar da assinatura, conforme item 25.1.4 do Termo de Referência.

2.6. **Prazo para assinatura do contrato:** A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a assinatura do Contrato, conforme item 25.1.1. do Termo de Referência.

2.7. **Do reajuste contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25.2 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8. **Do prazo, local e condições:** Ficam aquelas estabelecidas no item 14 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9. **Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 26 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.10. **Da fiscalização e acompanhamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 20 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

## 3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2023, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [cpl@detran.ro.gov.br](mailto:cpl@detran.ro.gov.br) e/ou [cpldetranro@gmail.com](mailto:cpldetranro@gmail.com), sendo certo que deverá ser confirmado o recebimento pelo Pregoeiro ou, ainda, poderá ser protocolado junto a Sede deste DETRAN/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Rua Dr. José Adelino, n.º. 4.447 – Bairro Costa e Silva, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592.

3.1.2. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www3.comprasnet.gov.br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.3.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.3.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.3.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.6. Fica vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme disposição constante no item 6.1 do Anexo I - Termo de Referência.

4.3.7. Fica vedada a participação de cooperativa no presente certame, dada a complexidade de governança interna das cooperativas.

**5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

5.1. Na forma do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

**6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

6.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema compras.gov.br não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta, que somente será pública após a fase de lances.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. As propostas terão validade mínima de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.

7.7.1. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.10.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.10.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.10.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.10.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.10.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.10.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.10.2.2. empresas brasileiras;

7.10.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.10.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3.2 do edital, especialmente quanto

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.2.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. O (a) Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5.1. Em caso de aparente inexecuibilidade, caberá a Licitante apresentar planilha de composição de custo, contrato anterior, nota de empenho e/ou notas fiscais que comprove a exequibilidade.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. contiver vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.5. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.9. Ressalvados os documentos passíveis de verificação conforme item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, **no prazo de 2 (duas) horas** contado da solicitação do pregoeiro, para fins de habilitação:

### 9.10. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.10.2. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.10.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.10.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

#### 9.11. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.11.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

9.11.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

9.11.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.11.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

#### 9.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.12.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 22.23. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

#### 9.13. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.13.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 22.2. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

#### 9.14. DAS DECLARAÇÕES:

9.14.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.14.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência aprendiz e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.14.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.14.4. Da Declaração do atesto de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, o que deve ser providenciado, ante a obrigação do art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021, ficam aquelas estabelecidas no subitem 22.23.7 do Anexo I – Termo de Referência.

### 10. DO RECURSO

10.1. Conforme disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, caberá recurso em face de:

I- Julgamento das propostas;

II- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III- Anulação ou revogação da licitação;

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso:

I – O prazo para manifestação é de no mínimo 10 (dez) minutos;

I I- Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

III- A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

10.3.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

10.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

10.8. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

### 11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Instrução Normativa por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 27 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento, conforme estabelecido no item 17 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no site <https://consulta.detran.ro.gov.br/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: <https://consulta.detran.ro.gov.br/> e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

15.12. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

### 16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, que serão juntados no sistema compras.gov, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência (69840802);

**ANEXO II** - Quadro Estimativo de Preços (68681865);

**ANEXO III** - Carta Proposta (69148550)

**ANEXO IV** - Dados do representante (69148587);

**ANEXO V** - Mapa de Riscos (69852492);

**ANEXO VI** - Minuta de Contrato (69867570).

Israel da Silva Sousa

Pregoeiro - Interino

DETRAN/RO



Documento assinado eletronicamente por **Israel da Silva Sousa, Pregoeiro(a)**, em 12/03/2026, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 12/03/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70049110** e o código CRC **8BF2EB4B**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- 1.2. Unidade Administrativa: Diretoria de Planejamento Administrativo e Financeira - DIPAFI
- 1.3. Unidade Solicitante: Coordenadoria de Administração (COADM)

2. **DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

- 2.1. O presente Termo de Referência visa trazer a definição do objeto e elementos necessários e essenciais à sua perfeita contratação e execução, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, em ambientes internos e externos, nas unidades do DETRAN/RO localizadas em Porto Velho.
- 2.2. A contratação de pessoa jurídica encontra amparo legal nos seguintes dispositivos:
- 2.3. Lei Federal n.º 14.133/2021, Art. 6º, Inciso XXIII, XLI, XLV combinado com o art. 47 e Inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal;
- 2.4. Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- 2.5. Lei Complementar n.º 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

3. **DO OBJETO E OBJETIVO**

3.1. **Do Objeto**

- 3.1.1. Constitui objeto deste instrumento a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, em ambientes internos e externos, nas unidades do DETRAN/RO localizadas em Porto Velho.

3.2. **Do Objetivo**

- 3.3. O objetivo da contratação é assegurar condições adequadas de higiene, segurança e bem-estar nas unidades do DETRAN/RO em Porto Velho, por meio da adoção de medidas eficazes de repelência e controle de pombos e outras aves, prevenindo a presença, o nidificação e o acúmulo de resíduos que possam causar riscos à saúde pública, danos às instalações ou prejuízos às atividades administrativas.

3.4. **Especificações Técnicas**

- 3.4.1. As especificações e quantidades a serem adquiridas estão dispostas a seguir:

GRUPO ÚNICO	SERVIÇOS	UNIDADE	METRAGENS ESTIMADAS		QUANTIDADE ESTIMADO POR ANO (4x)
Item 01	<p>Manejo de pombos por meio de afastamento local com aplicação de gel repelente não tóxico em locais de pouso e abrigo conforme as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, desalojamento de ninhos de pombos e instalação de barreiras físicas.</p> <p>Contratação de empresa especializada em serviços de controle sanitário no combate, desalojamento e repelência de pombos, nos prédios do <b>Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO, instalados na capital de Porto Velho</b>, conforme lista anexa.</p> <p>Descrição dos serviços:</p> <p>1- Desinfecção contra piolhos, bactérias, remoção de ninhos, ovos de pombos.</p> <p>2- Aplicação de Produtos:</p> <p>2.0 - Gel/massa Repelente - aplicação do gel repelente (sem cheiro e não tóxico);</p> <p>2.1 - Os produtos utilizados deverão ter o registro do ministério da Saúde e Vigilância Sanitária - ANVISA;</p> <p>2.2 - Os Produtos utilizados e Equipamentos deverão ter autorização do Ibama.</p> <p>*Os serviços serão executados sob demanda, conforme necessidade das unidades do DETRAN/RO, com limite máximo de até 4 (quatro) execuções por ano.</p>	M²	CIRETRAN - Porto Velho	2.832,11 m²	4 Vezes
			Prédio SEDE DETRAN - Porto Velho	4.410,26 m²	4 Vezes
			Pátio de Veículos Apreendidos (Avenida Rio Madeira)	219,76 m²	4 Vezes
			Galpão de Veículos Apreendidos (Rua Benedito de Souza)	5.798,04 m²	4 Vezes
			Posto Avançado Zona Sul - Porto Velho	580,79 m²	4 Vezes
			Posto Avançado Zona Leste - Porto Velho	1670,33 m²	4 Vezes
			Prédio DTFAT E EPTRAN - Porto Velho	2.675,61 m²	4 Vezes
			Metragem Total		18.186,90 m²
Item 02	Fornecimento e instalação de passarinheira grande; Inclusos materiais e mão de obra especializada.	Unid.	225		
Item 03	Fornecimento e instalação de passarinheira média; Inclusos materiais e mão de obra especializada.	Unid.	450		
item 04	Fornecimento e instalação de Tela/rede protetora em material resistente (PVC, alumínio ou aço galvanizado), com malha adequada à prevenção de acesso de pombos e outras aves, para aplicação em vãos de telhados, caixas de ar-condicionado, forros e outras estruturas. Inclusos materiais e mão de obra especializada.	M²	200		

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA

- 4.1. Serão atendidas sete unidades na Região Metropolitana de Porto Velho, sendo estas: CIRETRAN - Porto Velho, com 2.832,11 m²; Prédio sede DETRAN - Porto Velho, com 4.410,26 m²; Pátio de Veículos Apreendidos, sito à Avenida Rio Madeira, com 219,76 m²; Galpão de Veículos Apreendidos sito à Rua Benedito de Souza, com 5.798,04 m² ; Posto Avançado da Zona Sul - Porto Velho, com 580,79 m²; Posto Avançado da Zona Leste de Porto Velho, com 1.670,33 m²; Prédio da DTFAT e EPTRAN em Porto Velho, com 2.675,61 m².
- 4.2. A metragem total estimada é de 18.186,90 m², conforme Planilhas de áreas de prédios próprios (ID 0064533939 ), Planilhas de áreas de prédios locados (ID 0064533993) e Planilha da UNAMA (0064537277), preenchida pela equipe da Coordenadoria de Engenharia - CENGECE, ambos juntados a estes, e tramitando no processo 0010.059814/2024-17.
- 4.3. O quantitativo de 225 unidades de passarinheiras grandes e 450 unidades de passarinheiras médias foi estimado com base no mapeamento dos vãos e aberturas de grande e pequeno porte em todos os prédios do DETRAN/RO. A instalação de passarinheiras impedirá a entrada e o alojamento de pombos em ambientes internos, complementando o efeito dos repelentes químicos e garantindo maior eficiência no controle sanitário.
- 4.4. O quantitativo de 200m² de Tela/Rede Protetora (PVC, alumínio ou aço galvanizado) foi dimensionado conforme os levantamentos técnicos das superfícies de áreas críticas, como telhados, caixas de ar-condicionado, marquises e estruturas externas. A instalação dessas barreiras servirá para vedar e proteger essas áreas, garantindo maior durabilidade das ações de controle, minimizando custos futuros com manutenção e atendendo às normas da ANVISA e às recomendações do IBAMA.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO



5.1. Os serviços enquadram-se na **classificação de comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021**, visto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

5.2. O serviço a ser contratado se enquadra em comum, porque as exigências técnicas para a realização dos serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, em ambientes internos e externos deste DETRAN são usualmente praticadas no mercado não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais;

5.3. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade PREGÃO, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público.

## 6. DA JUSTIFICATIVA

### 6.1. Do Interesse Público

6.2. O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO foi instituído por meio da Lei nº 134, de 20 de outubro de 1986, publicada no Diário Oficial nº 1.175, em 21 de outubro de 1986. Desde então, é o órgão responsável por implementar a política estadual de trânsito, no que se refere à administração de veículos automotores e à emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

6.3. As principais atribuições do DETRAN/RO compreendem o registro e o licenciamento de veículos automotores, bem como a formação, qualificação e habilitação de condutores. Para isso, o órgão conta com uma estrutura de atendimento descentralizada, composta pelas Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) e Postos Avançados, com a finalidade de planejar, coordenar, fiscalizar, controlar e executar as diretrizes de trânsito, assegurando o cumprimento da legislação vigente no âmbito do Estado de Rondônia.

6.4. As ações do DETRAN/RO estão pautadas em diretrizes estratégicas que orientam seu compromisso institucional:

6.5. **Missão:** Oferecer serviços de qualidade à população, coordenando políticas de educação e fiscalização de trânsito em nível estadual, com foco na valorização da vida e na consciência socioambiental.

6.6. **Visão:** Ser reconhecido pela excelência na prestação de serviços e na promoção da educação para o trânsito, por meio da valorização e capacitação contínua dos seus colaboradores, infraestrutura moderna e padronizada, com responsabilidade socioambiental.

6.7. **Valores:** Transparência, ética, probidade, comprometimento, desburocratização, inovação tecnológica e estrutural, valorização do capital humano, criatividade, meritocracia, acessibilidade, cooperação, celeridade e responsabilidade socioambiental.

6.8. A presença de **pombos urbanos** nas unidades do DETRAN/RO representa um sério risco à saúde pública. Estas aves são vetores de diversas doenças, além de servirem como hospedeiras de parasitas como carrapatos, pulgas e ácaros. O contato direto ou indireto com os excrementos, penas ou ninhos contaminados pode causar enfermidades tanto em servidores quanto em usuários dos serviços públicos.

6.9. Entre as principais doenças associadas aos pombos, destacam-se:

6.10. **Salmonelose:** Infecção bacteriana causada pela *Salmonella*, presente nas fezes das aves, que pode provocar graves distúrbios gastrointestinais.

6.11. **Psitacose (Ornitose):** Doença respiratória resultante da inalação de poeiras contaminadas por fezes ou penas de pombos infectados.

6.12. **Gripe Aviária (Doença de Newcastle):** Transmitida pelo contato com secreções ou fezes das aves, podendo afetar humanos em casos de exposição prolongada.

6.13. Diante desse cenário, torna-se **imprescindível a contratação de empresa especializada no controle e manejo ético dessas aves**, a fim de prevenir riscos à saúde e garantir condições sanitárias adequadas nas instalações do DETRAN/RO, em conformidade com o artigo 4º, inciso VII, da RDC nº 52/2009 da ANVISA, que trata sobre os requisitos sanitários para ambientes coletivos.

6.14. Assim, fica evidenciada a necessidade da adoção de medidas imediatas para o controle populacional de pombos nas dependências do DETRAN/RO, especialmente na cidade de Porto Velho, com o objetivo de assegurar um ambiente salubre, seguro e em conformidade com os princípios da administração pública.

6.15. **Escherichia coli (E. Coli):** Bactéria presente nos excrementos, capaz de provocar quadros de gastroenterite e septicemia.

6.16. **Ácaros das Aves:** Encontrados principalmente em ninhos, alimentam-se do sangue das aves, podendo também picar seres humanos, causando reações alérgicas e dermatológicas.

## 7. DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sendo imprescindível que a divisão do objeto não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU), portanto, por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado.

7.2. Dito isto, considerando que trata-se de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, em ambientes internos e externos, nas unidades do DETRAN/RO localizadas em Porto Velho de acordo com a demanda, por um período mínimo de 1 ano, nos moldes da Lei nº 14.133/2021, não é tecnicamente viável o parcelamento do

objeto, pois a divisão do objeto pode causar prejuízo ao conjunto, devendo portanto a licitação ser por GRUPO, sendo contratada uma única empresa para a prestação dos serviços.

7.3. Análise da Viabilidade do Parcelamento:

7.3.1. **Viabilidade Técnica:** O parcelamento da licitação para esses serviços podem ser tecnicamente inviável por diversos motivos:

- a) Dificuldade em garantir a qualidade e a padronização dos serviços com diferentes empresas.
- b) Risco de incoerências e incompatibilidades entre os serviços prestados por diferentes equipes.
- c) Desafios na gestão e coordenação de múltiplas empresas, aumentando a complexidade administrativa.
- d) Prejuízo à integração e à otimização do fluxo de trabalho no atendimento a usuários.
- e) Possibilidade de atrasos e interrupções nos serviços, impactando negativamente os usuários.

7.3.2. **Viabilidade Econômica:** O parcelamento da licitação pode não ser vantajoso do ponto de vista econômico:

- a) Dificuldade em alcançar economias de escala com a divisão do serviço.
- b) Custos administrativos e de gestão maiores para lidar com múltiplas empresas.
- c) Possibilidade de preços mais elevados devido à fragmentação do mercado.
- d) Dificuldade em avaliar e comparar os custos de diferentes empresas.

7.4. Em suma, apesar do objeto não constituir sistema único e integrado, a contratação dos serviços por completo do mesmo fornecedor promove a economia de escala, a padronização, a redução de custos, além de ser mais vantajosa no que se refere à responsabilidade técnica e à competição, por isso, o parcelamento não será adotado. Outros fatores preponderantes a serem considerados são:

- 7.4.1. Parcelar a contratação poderia resultar em dificuldades de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores, aumentando o risco de falhas na compatibilidade da execução;
- 7.4.2. O não parcelamento permite que um único contratado seja responsável por todas as fases, garantindo maior controle e responsabilidade, o que facilita a gestão de riscos, a resolução de problemas e a garantia da qualidade, pois a empresa contratada tem um interesse direto em assegurar que todas as etapas sejam concluídas conforme os padrões estabelecidos e dentro do cronograma;
- 7.4.3. O parcelamento da contratação pode causar atrasos significativos devido à necessidade de múltiplos trâmites licitatórios e a possível falta de alinhamento entre diferentes contratados, enquanto a contratação de uma única empresa permite uma abordagem mais ágil, onde as fases podem ser otimizadas para reduzir o tempo total de entrega do serviço;
- 7.4.4. A execução do serviço por uma única entidade permite a otimização dos recursos e a economia de escala, resultando em custos menores em comparação ao parcelamento, tendo em vista que múltiplas contratações aumentam os custos administrativos, de mobilização e de desmobilização, além de potenciais custos adicionais decorrentes de atrasos ou incompatibilidades técnicas entre os diferentes contratados;

7.5. Não será realizado o parcelamento da solução, em razão da natureza do objeto comum, além de não ser tecnicamente viável, não influencia na economicidade, melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 8. DAS VEDAÇÕES

### 8.1. Da Vedação de Empresa sob Forma de Consórcio

8.1.1. Fica **vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio em razão do objeto referenciado neste termo não caracterizar-se de grande porte, não exigir capacidade operacional especializada, não envolver questões de alta complexidade técnica ao ponto de haver necessidade de parcelamento da execução do contrato através de união de esforços e tampouco operacionalmente inviável ou superar a capacidade de uma única empresa para executar o objeto da licitação, portanto, não é o caso da aplicação do Art. 15 da Lei Federal 14.133/2021.

### 8.2. Da Vedação de Cooperativa e Associação

8.2.1. Fica **vedada** a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa e associação na aquisição/contratação do objeto referenciado neste termo, em razão da necessidade de garantir qualidade, eficiência e segurança na execução do contrato, tendo em vista que a estrutura descentralizada das organizações acarretaria em riscos de variação na qualidade, ocasionando dificuldade de fiscalização individual dos serviços prestados e da responsabilização, comprometendo a uniformidade necessária para o sucesso da contratação. Portanto, não será aplicado o entendimento contido no art. 16 da Lei Federal 14.133/2021, visando garantir que a contratação seja feita de forma eficiente, transparente e dentro dos princípios da administração pública em cumprimento das obrigações legais.

### 8.3. Da Vedação de Vínculo com o Poder Público

8.3.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.3.2. Conforme as deliberações contidas no inc. IV, art. 14, da Lei 14.133/2021, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

8.3.3. IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.**

## 9. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Inspeção Técnica Inicial

9.2. Realização de vistoria técnica minuciosa nos ambientes internos e externos das unidades, com o objetivo de:

9.3. Identificar focos de infestação;

9.4. Localizar ninhos, fezes, penas e outras evidências da presença das aves;

9.5. Detectar pontos de acesso, abrigo e trânsito dos pombos.

9.6. Desalojamento de Aves e Remoção de Ninhos

9.7. Execução do desalojamento seguro e ético das aves e seus ninhos, de forma a preservar a integridade física dos animais, respeitando a legislação ambiental vigente;

9.8. Remoção de materiais orgânicos e resíduos deixados pelas aves.

9.9. Limpeza e Desinfecção

9.10. Realização da limpeza e desinfecção completa dos locais afetados, com uso de produtos saneantes regularizados pela ANVISA, com ação bactericida e fungicida;

9.11. Destinação ambientalmente correta dos resíduos removidos.

9.12. Aplicação de Técnicas de Repelência Física e Química

9.13. Aplicação de repelentes específicos, não-tóxicos e autorizados pelos órgãos reguladores, que atuem por odor ou sabor, afastando as aves de forma segura;

9.14. Instalação de barreiras físicas (passarinheiras) em forros, frestas, beirais, telhados e demais locais de acesso, de modo a impedir o retorno das aves;

9.15. Todos os materiais utilizados devem ser de alta durabilidade, resistentes às intempéries e instalados de forma a não causar ferimentos ou aprisionamento dos animais.

9.16. Conformidade Técnica e Ambiental

9.17. Todos os serviços deverão obedecer às normas estabelecidas pela ANVISA, IBAMA, CONAMA e demais legislações aplicáveis, utilizando produtos e métodos aprovados, e respeitando os princípios do bem-estar animal e da responsabilidade socioambiental.

## 10. DESCRIÇÃO DE UMA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 10.1. Visão Geral do Serviço

Os serviços consistirão na inspeção inicial com a missão é identificar os ninhos das aves, pontos de abrigo e os pontos de acesso dos pássaros até o local. Localizados os pontos de origem e realizado o desalojamento de ninhos, o próximo passo é realizar a limpeza e desinfecção dos locais. Para finalizar deverá ser aplicados repelentes, além da instalação de passarinheiras para evitar o retorno das aves ao local (forros), impedindo o acesso sem causar danos às aves. As técnicas e os produtos a serem utilizados deverão estar conforme as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

10.1.1. Manejo de pombos e outras aves, por meio de afastamento local com aplicação de gel repelente não tóxico em locais de pouso e abrigo conforme as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, desalojamento de ninhos de pombos e instalação de barreiras físicas.

10.1.2. Desinfecção contra piolhos, bactérias, remoção de ninhos, ovos de pombos;

10.1.2.1. Aplicação de Produtos:

10.1.2.2. Gel Repelente - aplicação do gel repelente (sem cheiro e não tóxico);

10.1.2.3. Os produtos utilizados deverão ter o registro do ministério da Saúde e Vigilância Sanitária - ANVISA;

10.1.2.4. Os Produtos utilizados e Equipamentos deverão ter autorização do Ibama;

10.1.2.5. Os serviços serão realizados uma vez a cada 3 (três) meses.

- 10.1.3. Fornecimento e instalação de passarinha grande;
- 10.1.4. Fornecimento e instalação de passarinha média;
- 10.1.5. **A instalação das passarinhas será feita apenas uma vez quando da primeira realização dos serviços.**

10.2. **Conclusão**

A contratação pretendida, tem como propósito a implementação de soluções abrangentes e eficazes para mitigar os impactos adversos associados à presença destas aves, a fim de evitar problemas como danos estruturais, contaminação e risco à saúde dos servidores e usuários do serviço público nas dependências desta Autarquia de Trânsito.

11. **GARANTIA DOS SERVIÇOS**

- 11.1. O serviço de aplicação de gel/massa repelente terá garantia de 3 meses.
- 11.2. O serviço de instalação de passarinhas e de telas/redes protetoras terão a garantia de 12 meses.
- 11.3. Caso constatado o retorno dos pombos durante o período de garantia, a empresa deverá realizar nova intervenção **sem ônus adicional** para a Administração.

12. **DA NÃO APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº. 21.675/2017**

12.1. Conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 e Decreto Estadual nº 21.675, de 03/03/2017, onde estabelece dentre outros que licitações com valores estimados superiores a R\$ 80.000 (oitenta mil reais), deverá a administração proceder **a reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte até 25%** (vinte e cinco), com exceção dos casos em que não são possíveis, seguindo abaixo a fundamentação para **a não aplicação da Reserva de Cota** na contratação aqui pretendida, caso o grupo tenha o valor estimado superior a R\$ 80.000 (oitenta mil reais).

12.2. Justifica-se a não realização de cotas reservadas na presente contratação para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso o grupo seja estimado com valor acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pelo fato de que, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. A reserva de cota no presente caso não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além de comprometer a padronização e execução dos serviços.

12.3. Evidenciamos que existe um ganho na racionalização dos procedimentos da garantia por termos uma única empresa prestando-a de forma plena para cada grupo, duas empresas realizando a garantia dos materiais reflete em custos adicionais em controle e equipe técnica para a fiscalização do contrato.

12.4. Nesse sentido, não se aplicará o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado (art. 49, inc. III).

*“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:(....)*

*[...]*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou **representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;**”*

12.5. Destarte, o § 1º do Artigo 5º do Decreto Estadual nº 21.675/2017 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: “Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”.

12.6. O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público, sendo importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a proposta mais vantajosa para a administração, conforme é vislumbrado no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e ainda com escopo no inciso III do Art. 49 e inciso I do Art. 48, ambos da Lei Complementar Nº 123/2006, haja vista não ser vantajoso para administração pública e pode gerar prejuízo ao objeto constante neste Termo de Referência.

12.7. Dito isto, fica **VEDADA** a reserva de cota para ME/EPP na presente licitação, tendo em vista que poderá representar prejuízos à Administração.

13. **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

13.1. Considerando o Inciso XLI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o **PREGÃO** como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

13.2. A licitação será por **GRUPO ÚNICO**, conforme especificações constante neste Termo de Referência e será obrigatório a participação do licitante em todos os itens.

13.3. A formação de **GRUPO ÚNICO** é necessária para garantir economia processual e a funcionalidade do objeto, como os itens são correlatos, os serviços deverão ser executados juntos para garantir tecnicamente o desempenho da solução. No caso de itens fracionados para esse objeto, existiriam vários problemas de integração entre os componentes, que não poderiam proporcionar a garantia total do serviço.

13.4. Fica estabelecido, na presente contratação, o critério de julgamento e adjudicação como sendo o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, em atenção ao disposto no art. 33 da Lei 14.133/2021, observado o princípio constitucional da isonomia. Essa opção visa assegurar a escolha da proposta que ofereça o menor custo total para a Administração, abrangendo todas as variáveis relacionadas ao objeto licitado.

13.5. A seleção do critério de **MENOR PREÇO** está alinhada com a busca pela economicidade e eficiência na contratação, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13.6. Será desclassificada a Licitante que apresente preços manifestadamente inexequíveis, para qualquer um dos itens do GRUPO.

13.7. Conforme disposto no Inciso I, do art. 56 da lei Lei 14.133/2021, será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

#### 14. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

14.1. Após a assinatura do contrato, a responsabilidade pela emissão das Ordens de Serviço (OS) à empresa contratada caberá à Gerência de Fiscalização e Supervisão de Contratos – GERFISC, conforme a demanda apresentada pelas unidades do DETRAN/RO que necessitarem da execução dos serviços.

14.2. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço, sempre observando a solicitação sob demanda e as condições estabelecidas no contrato.

14.3. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

14.4. Caso não haja expediente na data marcada para iniciação dos serviços, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local, sendo de responsabilidade da contratada entrar em contato para informar a previsão de início e certificar-se de funcionamento do órgão.

14.5. **\*\*Obs.: No transcorrer do contrato, poderá haver mudanças de prédios, ficando desde já acordado que não haverá reajuste de preços durante o prazo de vigência do contrato. Caso constatado que o novo local tenha a sua área total maior ou menor em relação à unidade anterior, poderá a contratada, juntamente com os fiscais, realizar o remanejamento do saldo da área de outra unidade que não utilizou o serviço. Os endereços constantes neste Anexo servem apenas de referencial para a licitante/contratada.**

14.6. A licitante vencedora deve refazer o serviço que não atender as especificações do objeto contratado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da solicitação

14.7. Os serviços deverão ser realizados nas unidades indicadas no quadro abaixo, observando os horários de funcionamento das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira :

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	Área construída interna m²
CIRETRAN - Porto Velho	Rua Santa Bárbara, 4500, Bairro Industrial, CEP 76.821-220	2.832,11 m²
PRÉDIO SEDE DETRAN - Porto Velho	Rua José Adelino da Silva, 4477, Bairro Costa e Silva, CEP 76.803-592 – Tel 3217 2575	4.410,26 m²
PÁTIO de Veículos Apreendidos (Avenida Rio Madeira)	Av. Rio Madeira, Lote 09, Gleba 01, Setor Belmont, Bairro Nova Esperança	219,76 m²
GALPÃO de Veículos Apreendidos (Rua Benedito de Souza)	Rua Benedito de Souza Brito, 4543, Bairro Industrial. – CEP 76.821-260	5.798,04 m²
POSTO AVANÇADO Zona Sul - Porto Velho	Av. Mamoré, 3333, Bairro Lagoinha – CEP 76.829-863	580,79 m²
POSTO AVANÇADO Zona Leste - Porto Velho	Av. Mamoré, 3333, Bairro Lagoinha – CEP 76.829-863	1670,33 m²

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	Área construída interna m²
PRÉDIO DTFAT E EPTRAN - Porto Velho	Avenida dos Imigrantes, n.º 4045, Setor Industrial, Porto Velho-RO.	2.675,61 m²
TOTAL		18.186,90 m²

14.8. **Das Condições de Recebimento do Serviço**

14.8.1. O objeto deste termo será recebido conforme disposto no art. 140, Inciso I, Alíneas "a" e "b" da Lei 14.133/2021:

14.8.1.1. **Provisoriamente**, pelo fiscal técnico/setorial responsável por seu acompanhamento, mediante termo detalhado, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, de acordo com o art. 140. I, “a” e ainda § 2º da Lei Federal 14.133/21, com o intuito de verificar a conformidade com a especificação exigida;

14.8.1.2. Se, após o recebimento provisório, for constatado que o objeto foi entregue de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

14.8.1.3. **Definitivamente**, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo gestor do contrato designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, assinado pelas partes, após decurso do prazo de recebimento provisório no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

14.8.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

14.8.3. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

14.8.4. Os serviços serão supervisionados por uma comissão e/ou fiscal que terá juntamente com o Requisitante a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços executados.

14.8.5. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;

14.8.6. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa adjudicatária para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato.

14.8.7. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório as especificações contidas neste Termo de Referência.

14.8.8. Dentro do prazo de vigência do Contrato, a CONTRATADA será obrigada a realizar os serviços conforme condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

14.8.9. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

15. **DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

15.1. O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 192.815,27. Os parâmetros utilizados para a estimativa de preços foram obtidos, conforme cotações (ID 68681551, 68681698 e 68681805) e Quadro Estimativo de Preços de Mercado (ID 68681865).

16. **DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

16.1. A Contratação pretendida está alinhada com o [Plano de Contratação Anual](#) - DFD 97/2026, Contratação 69/2026.

17. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. Nos presentes autos há a informação de Dotação Orçamentária, conforme despesa certificada (ID 68773536 ) emitido pela Gerência de Monitoramento e Avaliação de Programas - DETRAN-GMA.

17.2. Consta nesta que a pretendida despesa pode ser programada conforme quadro, o qual replicamos abaixo:

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
-----------------------	--------------------------------------

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>15020 – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO</b>
<b>Função</b>	<b>06 – SEGURANÇA PÚBLICA</b>
<b>Subfunção</b>	<b>122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>
<b>Programa</b>	<b>1015 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO</b>
<b>Ação</b>	<b>2281 - CONSERVAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>3390.39 - OUTROS SERV. TERC./P. JURÍDICA</b>
<b>Fonte de Recursos</b>	<b>17530.00001 - RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS</b>
<b>Dotação Orçamentária Atualizada</b>	<b>R\$ 44.125.453,00</b>
<b>Dotação Empenhada</b>	<b>R\$ 33.314.812,37</b>
<b>Crédito Disponível</b>	<b>R\$ 10.810.640,63</b>
<b>Valor Estimativo</b>	<b>R\$ 192.815,27</b>

#### 18. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 18.1. A proposta de preço deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do serviço, acompanhado pela relação de possíveis peças de reposição, indicando a marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado e ainda todas as especificações mínimas exigidas;
- 18.2. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 18.3. Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos (impostos, taxas, etc), contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.
- 18.4. A omissão na proposta de preços do prazo de validade, não implicará na desclassificação do licitante, mas a aceitação tácita do prazo nele indicado.

#### 19. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 19.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela CONTRATADA, à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.
- 19.2. Trata-se de contratação que caracteriza-se pela entrega de produtos específicos, cujas especificações técnicas e quantitativas são bem definidas.
- 19.3. A subcontratação, que é geralmente aplicada a serviços complexos ou que exigem especialização técnica, não se justifica para a contratação que podem ser efetuadas diretamente pelos fornecedores, sem a necessidade de intermediários.
- 19.4. Diante do exposto, fica vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da CONTRATADA.

#### 20. **DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 20.1. A CONTRATANTE nomeará os Gestores e Fiscais técnicos ou setoriais responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, com a finalidade de aferir se os serviços foram efetivamente prestados, visando a emissão de relatórios de fiscalização dos serviços.
- 20.2. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.
- 20.3. Acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços realizados.
- 20.4. O Fiscal Técnico realizará o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa (Decreto nº 28.874/2024).
- 20.5. O Fiscal Setorial realizará o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade (Decreto nº 28.874/2024).
- 20.6. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 20.7. O Fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

- 20.8. A fiscalização pela CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.
- 20.9. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato.
- 20.10. Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao gestor competente para realização dos procedimentos necessários para o devido pagamento.
- 20.11. Os chefes dos setores de cada unidade da capital, bem como os chefes de Ciretran/PAV, serão responsáveis por acompanhar ou designar um servidor para monitorar os serviços prestados. Este acompanhamento tem como objetivo atestar a execução adequada do serviço.
- 20.12. O Gestor será responsável pela coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros (Decreto nº28.874/2024).

**21. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

- 21.1. A empresa CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme disposições constantes no capítulo II do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- 21.2. Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com as diretrizes do Executivo estadual, com o estabelecido no artigo 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com a mencionada Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.3. Deverá aplicar as normas técnicas da associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT/NBR, referente ao uso de materiais atóxicos e reutilizáveis. Os materiais entregues por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.
- 21.4. Dar preferência por produtos com certificações ambientais (ISO 14001, rótulos ecológicos), de fontes renováveis, com menor toxicidade e maior durabilidade.
- 21.5. Optar por fornecedores locais ou regionais para reduzir os impactos do transporte.
- 21.6. Dar preferência a produtos com embalagens mínimas, recicláveis ou biodegradáveis.
- 21.7. Recomenda-se que no caso de aquisição de bens para substituição de outros já existentes na Instituições, os últimos deverão ser corretamente destinados para reciclagem, doação ou desfazimento. Em nenhuma hipótese os mesmos serão descartados em locais que não sejam os identificados na legislação em vigor.

**22. DA HABILITAÇÃO**

**22.1. Da Habilitação Jurídica**

- 22.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto lícito.
- 22.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto lícito, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- 22.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 22.1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

**22.2. Da Qualificação Técnica**

- 22.3. O licitante deverá observar o Art. 67 da Lei 14.133/2021:
- 22.4. Comprovação de Responsável Técnico legalmente habilitado para execução de serviços de manejo e controle de pragas urbanas e de aves sinantrópicas, mediante apresentação de:
- 22.5. ART (CREA), ou
- 22.6. TRF (CRBio), ou
- 22.7. Registro/Anotação de Responsabilidade Técnica (CRMV), conforme o conselho profissional competente para a área de atuação do responsável técnico indicado.
- 22.8. Comprovação de que a empresa está devidamente registrada junto ao respectivo Conselho Profissional do seu Responsável Técnico (CREA, CRBio ou CRMV), conforme a formação profissional apresentada.
- 22.9. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade:



- 22.10. Considerando os serviços desta licitação:
- 22.11. A parcela de maior relevância ou valor significativo para o grupo deverá ser compatível com o objetos licitados desta contratação, cujo valor estimado para o item é **superior a 4%** do valor total estimado da contratação;
- 22.12. Considerando a exigência de atestados, a quantidade **mínima exigida será de 10% (dez por cento)** das parcelas de maior relevância do grupo, relativas a :
- 22.13. **Manejo ou repelência de pombos e outras aves,**
- 22.14. **Aplicação de repelentes,**
- 22.15. **Instalação de barreiras físicas (passarinheiras, telas ou redes).**
- 22.16. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemple a prestação dos serviços condizentes com o objeto desta licitação.
- 22.17. Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento de no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo do item/grupo relativos a prestação de serviço sob demanda, de repelência de pombos e outras aves condizentes com essa contratação.
- 22.18. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.
- 22.19. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 68 da Lei 14.133/2021 sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.
- 22.20. A exigência de atestados de capacidade técnica está fundamentada nos princípios da legalidade, eficiência e razoabilidade, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos artigos 18, inciso IX, e 67, além do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Essa medida busca assegurar que as licitantes possuam experiência comprovada na execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, garantindo a capacidade técnica necessária para uma execução adequada e eficiente. A contratação de empresa especializada é justificada baseando-se na complexidade técnica da execução dos serviços, que exige profissionais qualificados, e na necessidade jurídica de preservar a competitividade sem comprometer a segurança contratual. Diante das tarefas especializadas envolvidas, a comprovação de experiência prévia por atestados de capacidade técnica é essencial para garantir que o contratado detenha domínio técnico e metodologia adequada para executar essas tarefas com qualidade e sem riscos de interrupção.
- 22.21. O critério de 4% do quantitativo estimado para os itens de maior relevância foi fixado, considerando o valor estimado, para garantir que as licitantes possuam experiência proporcional à complexidade e ao porte da contratação, assegurando que tenham condições de atender às demandas contratuais com qualidade e eficiência. Esses critérios foram definidos de forma criteriosa, com base nos normativos aplicáveis, de modo a garantir a eficiência e a economicidade na contratação, sem comprometer a competitividade do certame.
- 22.22. **Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**
- 22.22.1. Ao que se refere as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:
- 22.22.2. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 22.22.3. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 22.22.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 22.22.5. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 22.22.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- 22.23. **Da Qualificação Econômica-Financeira**
- 22.23.1. Para a qualificação econômica é necessário:
- 22.23.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, II da Lei 14133/2021.
- Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
- [...]
- II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

22.23.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), **de 5% (cinco por cento) do valor estimado**, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

22.23.1.3. O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado.

**22.23.2. Justificativa para a definição do percentual de 5% para Qualificação Econômico-Financeira**

22.23.2.1. A exigência de patrimônio líquido ou capital social equivalente a 5% do valor estimado do grupo está embasada no Art. 69, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e no Art. 69 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que autorizam a solicitação de comprovação econômico-financeira de forma proporcional e compatível com o objeto licitado.

22.23.2.2. O percentual foi definido considerando a necessidade de garantir a capacidade econômico-financeira dos licitantes para executar o contrato integralmente, especialmente devido ao critério de julgamento por **menor preço por grupo**. Essa exigência reduz os riscos de inadimplência ou descumprimento contratual e assegura o cumprimento das obrigações assumidas, sem restringir indevidamente a competitividade do certame. O percentual estabelecido está abaixo do limite legal de 10%, promovendo equilíbrio entre segurança financeira e ampla participação.

**22.23.3. Das Declarações**

22.23.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, anexado junto com o documento de proposta.

22.23.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, aprendiz e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

22.23.6. Declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

22.23.7. Declaração do cumprimento da exigência habilitatória do Inc. VI, do art. 68, da Lei n. 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)).

**23. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

23.1. A contratação deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal n. 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como, Instrução Normativa nº 58/2022/Ministério da Economia e Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Regulamentador da Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado de Rondônia;

23.2. A proposta de preço deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do item cotado, indicando todas as especificações mínimas exigidas;

23.3. Executar a aquisição seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto contratado, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;

23.4. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo de referência, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

23.5. A fiscalização da Administração não permitirá a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas e nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da Administração;

**24. DAS OBRIGAÇÕES**

**24.1. Das obrigações da Contratada**

24.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

24.1.2. Executar o serviço nas condições, no preço e nos prazos estipulados neste instrumento.

24.1.3. Manter os seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da rotina administrativa das Unidades desta Autarquia.

24.1.4. A Contratada deverá apresentar antes ou no ato da primeira ordem de execução dos serviços, cronograma físico de execução dos serviços, sendo que, na hora e data marcadas a Contratada, deverá estar nas dependências da Unidade, com equipe habilitada e em número suficiente para o bom andamento dos serviços e o cumprimento dos prazos pré-fixados e acordados com a Contratante.

24.1.5. Prestar os serviços e fornecer os materiais contratados, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, ou seja, conforme demanda, nos locais e nos prazos estabelecidos neste termo de referência, observando as condições ajustadas, quantidades e especificações exigidas, cumprindo fielmente os termos do Edital e da proposta apresentada, bem como obedecer aos parâmetros e rotinas estabelecidos, de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

- 24.1.6. Prestar os serviços e fornecer os materiais contratados utilizando-se de materiais de primeira qualidade, bem como de equipamentos e de profissionais devidamente qualificados;
- 24.1.7. Fornecedor, por sua conta, todos os recursos necessários à execução dos serviços e fornecimento dos materiais contratados, de acordo com as exigências da CONTRATANTE;
- 24.1.8. Substituir, no todo ou em parte, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas), quaisquer serviços ou materiais com defeitos ou que não atendam aos termos ou às especificações exigidas neste termo de referência e demais normas editalícias;
- 24.1.9. Oferecer pronto e adequado atendimento as exigências da fiscalização, exercida pela CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 24.1.10. Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada nos serviços ou materiais;
- 24.1.11. Designar representante para atuar junto à CONTRATANTE e à fiscalização do contrato, para tratar de assuntos relacionados aos serviços e aos materiais, com especificações dos limites do seu poder de decisão imediata;
- 24.1.12. Responsabilizar – se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços ou fornecimento dos materiais contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;
- 24.1.13. Responsabilizar – se por quaisquer encargos, despesas, taxas, inclusive de seguro, decorrentes das operações necessárias à execução contratual;
- 24.1.14. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal relacionadas à sua execução;
- 24.1.15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia e expressa anuência da Administração;
- 24.1.16. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação correspondente, devendo comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 24.1.17. Não serão feitos pagamentos parciais. Somente após o recebimento definitivo de todo os serviços é que será providenciado o pagamento de qualquer valor ao fornecedor.
- 24.1.18. Executar os serviços conforme qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## 24.2. Obrigações do Contratante

- 24.2.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços e a entrega dos materiais contratados, através de servidor ou servidores designados pela CONTRATANTE, exigindo o integral e efetivo cumprimento das exigências estabelecidas;
- 24.2.2. Requisitar e autorizar à CONTRATADA, por escrito ou e-mail a execução dos serviços ou fornecimento dos materiais contratados, indicando todas as informações necessárias à célere eficiente execução contratual;
- 24.2.3. Proporcionar todas as facilidades e esclarecimentos inerentes à adequada e célere execução contratual, nos termos licitados e de acordo com o pactuado no respectivo termo de contrato;
- 24.2.4. Interromper a prestação de serviços e a entrega dos materiais que estejam em desacordo com as especificações e demais exigências contratuais previstas, comunicando à CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades observadas na execução contratual;
- 24.2.5. Atestar, nas Notas Fiscais, apresentadas pela CONTRATADA, a adequada prestação dos serviços, o correto fornecimento, instalação e funcionamento dos materiais contratados e efetuar o pagamento no prazo previsto;
- 24.2.6. Determinar, por escrito, a regularização das falhas ou defeitos observados na prestação dos serviços e fornecimento dos materiais, bem como documentar as ocorrências havidas e aplicar as penalidades legalmente cabíveis;
- 24.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do serviço;
- 24.2.8. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.
- 24.2.9. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços decorrentes da contratação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 25. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

### 25.1. Do instrumento Contratual

- 25.1.1. A licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

- 25.1.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DETRAN/RO.
- 25.1.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.
- 25.1.4. Os Contratos a serem firmados terão sua vigência durante o período de 1 ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, com a indicação do crédito orçamentário e respectivo empenho para atender a despesa no exercício que estiver vigente, bem como da parcela da despesa relativa à parte a ser executada, caso a duração ou previsão de duração do contrato ultrapasse o exercício financeiro.
- 25.1.5. O(s) valor(es) contratado(s) será(rão) fixo(s) e irreajustável(eis) pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 2º e seu § 1º, da Lei Federal nº 10.192/2001 - princípio da anualidade que as propostas devem observar, bem como, disposições contidas no Decreto Estadual 25.829/2021.
- 25.1.6. Considerando a necessidade de garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da administração pública deve ser atendido e preceituado nos parâmetros dos Art. 150 ao Art. 168 do Decreto nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.1.7. Para os fins previstos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro fica estabelecido como data-base a apresentação da proposta ou previsões restritas, nos casos de repactuação e orçamento de obras, ainda deve ser observado o prazo para apresentação do pedido, expedido no Art. 151 do Decreto nº 28.874/2024.
- 25.1.8. No que tange aos índices de reajuste a serem aplicados para fins do restabelecimento econômico-financeiro, adotar-se-á o que for mais vantajoso para a Administração, devendo ser observado a existência de índice próprio para o objeto contratual, conforme Art. 156 do Decreto nº 28.874/2024.
- 25.2. **Do Reajuste**
- 25.2.1. Conforme previsão no arts. 154 ao 156 do Decreto nº 28.874/24: "*É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 01 (um) ano*".
- 25.2.2. Ao final do 01 (um) ano inicial de vigência do contrato, caso decidido pela sua prorrogação, os reajustes serão corrigidos com base no IPCA, ou outro índice mais vantajoso para administração.
- 25.2.3. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.
- 25.2.4. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.
- 25.3. **Da Repactuação**
- 25.3.1. Conforme previsão no art. 157 do Decreto nº 28.874/24: A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 25.3.2. Dessa forma, a repactuação não será aplicada a pretensa contratação.
- 25.4. **Da Revisão**
- 25.4.1. Conforme previsão no arts. 163 ao 164 do Decreto nº 28.874/24.
- 25.4.2. A revisão contratual será concedida, a pedido da CONTRATADA, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 25.4.3. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- I - requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
  - II - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
  - III - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;
  - IV - documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
  - V - ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e
  - VI - pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.
- Parágrafo único. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.
- 25.4.4. O prazo para resposta ao pedido de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação;

25.5. Nesta seara, o art. 125 dispõe que "*Nas alterações **unilaterais** a que se refere o **inciso I do caput do art. 124** desta Lei, **o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).***"

25.6. A inexecução total ou parcial do objeto desta contratação ensejará na rescisão contratual.

#### 25.7. **Garantia Contratual**

25.7.1. Em consonância com o disposto no art. 96 da Lei 14.133/2021, que confere à autoridade competente a discricionariedade para a exigência de garantia de execução, a análise do objeto do presente pregão, permite concluir pela inexistência de riscos consideráveis à Administração Pública.

25.7.2. Considerando a natureza dos serviços e materiais a serem fornecidos, não se identificam elementos que indiquem a probabilidade de danos ou prejuízos que justifiquem a imposição de uma garantia contratual.

25.7.3. A relação entre a Administração e a CONTRATADA é pautada pela confiança e pela boa-fé, e a natureza dos serviços requeridos não apresenta complexidades que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

25.7.4. Pelos fatos elencados, a não exigência de garantia contratual é medida que se coaduna com a prudência administrativa e a busca pela eficiência na gestão dos recursos públicos, assegurando a contratação de forma ágil e desburocratizada.

#### 25.8. **Dos Acréscimos e Supressões**

25.8.1. A CONTRATADA fica obrigada em aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

#### 25.9. **Da Inexecução e Rescisão Contratual**

25.9.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

25.9.2. Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no art. 137 da Lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral, consensual, ou determinada por decisão arbitral, nos termos e condições do art. 138, incisos I, II e III, da referida lei.

25.9.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos do Art. 138, § 2º, I, II e III da Lei 14.133/2021.

#### 26. **PAGAMENTO**

26.1. O pagamento, decorrente da realização dos serviços constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do aceite definitivo dos mesmos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente para recebimento, conforme dispõe o art. 190, do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e alterações.

26.2. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruídas Conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024 e apresentada na Divisão de Serviços Gerais do DETRAN/RO, devendo ser observada a possibilidade de que eventuais débitos com a Fazenda Estadual sejam objeto de compensação de crédito, nos termos estabelecidos no § 3º, do citado artigo.

26.3. As Notas Fiscais/Faturas eletrônica, deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas a CONTRATANTE para certificação, devendo conter no corpo a descrição do objeto, o número do contrato, valor, período da prestação de serviços ou do fornecimento e o número da conta bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

26.4. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

26.5. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

26.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

26.7. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas, no termos do art. 188 do decreto supra mencionado.

26.8. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) CONTRATADA(s), a Administração CONTRATANTE reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

26.9. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração CONTRATANTE, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, que estabelece que o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação

da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**I** = Índice de atualização financeira assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual;

**N** = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

- 26.10. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 26.11. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.
- 26.12. Qualquer atraso ocorrido, por parte da CONTRATADA, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.
- 26.13. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Constatada a irregularidade fiscal, a Administração deverá notificá-la para regularização em prazo determinado, sob pena de abertura de processo administrativo para aplicação das sanções contratuais cabíveis (advertência, multa ou rescisão), **garantindo-se, contudo, o pagamento pelos serviços efetivamente prestados e atestados, a fim de evitar o enriquecimento sem causa da Administração.**
- 26.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
27. **DAS SANÇÕES**
- 27.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, da Lei n.º 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
- 27.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
- 27.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no CAGEFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.
- 27.4. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.
- 27.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 27.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- 27.7. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- 27.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

27.9. Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas no artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:**

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos**.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

27.10. As sanções serão aplicadas, **NO QUE COUBER**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

27.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.

27.12. À CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

TABELA DE ÍNDICES DE MULTAS MORATÓRIA/COMPENSATÓRIA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA
01	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
02	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
03	Dar causa à inexecução total do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
04	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	1% por dia Até o limite de 30%
05	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
06	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	1% por dia Até o limite de 30%
07	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
08	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
09	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	1% por dia Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	1% por dia Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	1% por dia Até o limite de 30%

27.13. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

27.14. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do Contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

27.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

27.16. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

27.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.18. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas estaduais.

27.19. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

27.19.0.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

27.19.0.2. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

27.19.0.3. Demonstrem não possuir inidoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

27.20. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, a desobrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

28. **JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO**

28.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade das empresas que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para entregar os bens permanentes de forma adequada.

28.2. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas especializadas. Por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços a serem prestados.

29. **DOS CASOS OMISSOS**



Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

30. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

30.1. A empresa vencedora se compromete a cumprir a execução do Contrato de acordo com as normas mais elevadas de competência e integridade ética e profissional.

30.2. O Cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega do material fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

30.3. Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste acordo ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

30.4. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer espécie de solidariedade por parte do DETRAN/RO, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação à pessoa que a mesma utilizar para prestação de serviços, durante a garantia dos produtos ora vendidos.

30.5. Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.

30.6. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/21.

30.7. A resolução de situações omissas que se façam necessários para a eficiente e perfeita execução do contrato poderão ser solicitadas a CONTRATADA, ainda que não previstas expressamente no presente Termo de Referência, garantida a respectiva remuneração e a manutenção do equilíbrio contratual.

Porto Velho, data e hora do sistema.

REQUISITANTE
<b>Railana Pinto de Souza</b> Gerente Administrativa GERADM/DETRAN/RO

CIENTE
<b>Philippe Dionísio Mendonça</b> Coordenador Administrativo COADM/DETRAN/RO

CONSOLIDAÇÃO
<b>Mariana Fátima Andrade</b> Chefe do Núcleo de Aquisições e Contratações NAC/DETRAN/RO

DE ACORDO
<b>Ândria Povodeniak Stenzel</b> Diretora de Planejamento, Administração e Finanças - DIPAFI DETRAN/RO/DIPAFI

<b>APROVO</b>
<b>Sandro Ricardo Rocha dos Santos</b> Diretor Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionisio Mendonca, Coordenador(a) de Administração**, em 06/03/2026, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Railana Pinto de Souza, Gerente**, em 06/03/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FATIMA ANDRADE, Chefe de Unidade**, em 06/03/2026, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andria Povodeniak Stenzel, Diretor(a)**, em 06/03/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 09/03/2026, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69840802** e o código CRC **7BB35A25**.

**QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS DE MERCADO**  
**PROCESSO N.º 0010.032412/2025-56**

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	METRAGEM	QUANT.	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP¹	QUANT. DEST. COTA ME/EPP (25%)²	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÉDIO	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP	QUANT. DEST. COTA ME/EPP (25%)²	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	SUBTOTAL GERAL
ÚNICO	1	Manejo de pombos por meio de afastamento local com aplicação de gel repelente não tóxico em locais de pouso e abrigo conforme as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, desalojamento de ninhos de pombos e instalação de barreiras físicas. Contratação de empresa especializada em serviços de controle sanitário no combate, desalojamento e repelência de pombos, nos prédios do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO, instalados na capital de Porto Velho, conforme lista anexa. *Os serviços serão executados sob demanda, conforme necessidade das unidades do DETRAN/RO, com limite máximo de até 4 (quatro) execuções por ano.	METRO	18.186,90M²	4	Não Aplicável	Não Aplicável	4	R\$ 50.924,00	3455,52*	R\$ 36.373,90	R\$ 43.648,56	R\$ 40.193,05	N/C	R\$ 36.373,90	R\$ 42.784,88	-	-	R\$ 171.139,52	R\$ 171.139,52
	2	Fornecimento e instalação de passarinhiera média; Inklusos materiais e mão de obra especializada.	UND	225	225	Não Aplicável	Não Aplicável	225	1600*	7,5*	250*	R\$ 28,04	R\$ 23,72	R\$ 28,00	R\$ 23,72	R\$ 26,59	-	-	R\$ 5.982,75	R\$ 5.982,75
	3	Fornecimento e instalação de passarinhiera média	UND	450	450	Não Aplicável	Não Aplicável	450	1600*	6,5*	250*	R\$ 31,62	R\$ 22,23	R\$ 23,72	R\$ 22,23	R\$ 25,86	-	-	R\$ 11.637,00	R\$ 11.637,00
	4	Fornecimento e instalação de Tela/rede protetora em material resistente (PVC, alumínio ou aço galvanizado), com malha adequada à prevenção de acesso de pombos e outras aves, para aplicação em vãos de telhados, caixas de ar condicionado, forros e outras estruturas. Inklusos materiais e mão de obra especializada.	METRO	200M²	200	Não Aplicável	Não Aplicável	200	1900*	R\$ 15,00	250*	R\$ 21,91	R\$ 21,20	R\$ 22,99	R\$ 15,00	R\$ 20,28	-	-	R\$ 4.056,00	R\$ 4.056,00
															VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP:		R\$ 0,00			
															VALOR TOTAL COTA EXCLUSIVO ME/EPP:		R\$ 0,00			
															VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA		R\$ 192.815,27			
															TOTAL GERAL (AMPLA CONC. + EXCLUS. ME-EPP + COTA EXCLUS. ME-EPP)		R\$ 192.815,27			

**Nota Explicativa:**

1)¹ Em atendimento ao Art. 48º, I - LC 123/2006

2)² Em atendimetno ao Art 48º, III - LC 123/2006 e Decreto Estadual 21.675/2017

3)³ Valores desconsiderados, por apresentarem disparidades excessivas em relação a média, conforme recomendação da Instrução Normativa IN MP/SLTI Nº 05/2014, Art. 2º, "§ 2º - No âmbito de cada parâmetro, o resultado da pesquisa de preços será a MÉDIA ou o MENOR dos preços obtidos" e Portaria Nº 029/GAB/SUPEL/2011, Art. 2º.

**Fontes de Pesquisa**

1 EMOPS SERVIÇOS SANEAMENTOS

2 GAMMA SERVIÇOS DE CENTRIS DE AR LTDA

3 BEERPRAG IMUNIZADORA E CONTROLE DE AMBIENTE

4 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHUMAS / 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO / 925494 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO G.DO SUL / RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO / 925494 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO G.DO SUL / MUNICIPIO DE BAURU / 986219 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP 46137410000180

5 Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse / MUNICIPIO DE ORLEANS / CIN223 - MUNICIPIO DE ORLEANS / Telhas e Cia / MUNICIPIO DE NOVA VENEZIA / 27167428000180 - Prefeitura Municipal De Nova Venécia

6 Rural Bombas / Telhas e Cia / Prefeitura Municipal de Paial

Após realizada pesquisa de preços, apresento o quadro estimativo tendo como base a média praticada no mercado.

**PORTO VELHO/RO 29/01/2026**

**Cliverton Denis Estevo Barros**  
Chefe de Divisão de Cadastro, Registro e Pesquisa de Preço  
CPLMS/DETRAN-RO



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
 Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

**ADENDO**

**ANEXO III DO EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

**Ao**

**Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO**

**Rua Dr. José Adelino, 4477 - Bairro: Costa e Silva – PORTO VELHO/RO**

**FONE/FAX: (69) 3217-2974**

**LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026 – PROCESSO N.º 0010.032412/2025-56– TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO – DATA DA ABERTURA:**

Senhor Pregoeiro, após cuidadoso exame e estudo do Edital em referência, (anexos e apensos), com os quais concordamos, vimos apresentar Proposta, em conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, em ambientes internos e externos, nas unidades do DETRAN/RO localizadas em Porto Velho, conforme especificações contidas no Termo de Referência (68790471).

GRUPO ÚNICO	SERVIÇOS	UNIDADE	METRAGENS ESTIMADAS (Local)	METRAGENS ESTIMADAS	QUANTIDADE ESTIMADO POR ANO (4x)	Valor Unitário	Valor Total
Item 01	Manejo de pombos por meio de afastamento local com aplicação de gel repelente não tóxico em locais de pouso e abrigo conforme as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, desalojamento de ninhos de pombos e instalação de barreiras físicas. Contratação de empresa especializada em serviços de controle sanitário no combate, desalojamento e repelência de pombos, nos prédios do <b>Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO, instalados na capital de Porto Velho</b> , conforme lista anexa. Descrição dos serviços:	M²					

	<p>1- Desinfecção contra piolhos, bactérias, remoção de ninhos, ovos de pombos.</p> <p>2- Aplicação de Produtos:</p> <p>2.0 - Gel/massa Repelente - aplicação do gel repelente (sem cheiro e não tóxico);</p> <p>2.1 - Os produtos utilizados deverão ter o registro do ministério da Saúde e Vigilância Sanitária - ANVISA;</p> <p>2.2 - Os Produtos utilizados e Equipamentos deverão ter autorização do Ibama.</p> <p>*Os serviços serão executados sob demanda, conforme necessidade das unidades do DETRAN/RO, com limite máximo de até 4 (quatro) execuções por ano.</p>		<b>Metragem Total</b>	<b>18.186,90 M²</b>			
Item 02	Fornecimento e instalação de passarinheira grande; Inklusos materiais e mão de obra especializada.	Unid.	225	-	-		
Item 03	Fornecimento e instalação de passarinheira média; Inklusos materiais e mão de obra especializada.	Unid.	450	-	-		
item 04	Fornecimento e instalação de Tela/rede protetora em material resistente (PVC, alumínio ou aço galvanizado), com malha adequada à prevenção de acesso de pombos e outras aves, para aplicação em vãos de telhados, caixas de ar-condicionado, forros e outras estruturas. Inklusos materiais e mão de obra especializada.	M²	200	-	-		
<b>Valor total do grupo</b>							

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA FIXO E IRREAJUSTÁVEL, PARA O GRUPO**\_\_\_\_ R\$ ..... (.....).

1. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias

2. **FRETE:** CIF Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como transporte, impostos, seguros, fretes, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

NOME DA EMPRESA

.....  
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 13/02/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69148550** e o código CRC **222EB730**.

**Referência:** Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.032412/2025-56

SEI nº 69148550



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

**ADENDO**

**ANEXO IV DO EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026**

**(MODELO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL)**

**Referente:** PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026/DETRAN/RO

A empresa ..... apresenta, a seguir, os dados de:

(Nome completo da empresa)

seu (s) representante (s) legal (is) :

**NOME(S):**

**CARGO(S):**

**NACIONALIDADE(S): ESTADO CIVIL:**

**PROFISSÃO: RG: CPF:**

**RESIDÊNCIA (Domicílio):**

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa:

**RAZÃO SOCIAL:**

**C.N.P.J. Nº FONE: FAX:**

**ENDEREÇO COMERCIAL:**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

**Rua/Av.: N.º:**

**Município: Estado: CEP:**

**Conta Corrente: Cód. Agência: Banco:**

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

**Porto Velho-RO, .....de ..... de 2026.**

.....  
(Assinatura do representante legal e carimbo)

**OBS. 1:** Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.

**OBS. 2:** Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 13/02/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69148587** e o código CRC **33B107C0**.

**Referência:** Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.032412/2025-56

SEI nº 69148587





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

**MAPA DE RISCO**

1. **IDENTIFICAÇÃO**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN  
UNIDADE REQUISITANTE: Coordenadoria Administrativa - COADM

2. **INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

2.1. A presente Análise tem por objetivo identificar os riscos envolvidos no processo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, nos ambientes internos e externos das unidades do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO, visando garantir a higienização e a preservação do patrimônio público e da saúde de servidores e usuários.

2.2. Considerando o Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as Contratações Públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Rondônia, fundamentado nos arts. 30, Inciso V, 36 e 37 que prevê:

**Art. 30.** A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento, devendo compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, observando as seguintes etapas:

[...]

V - elaboração do mapa de riscos e matriz de riscos, conforme o caso;

[...]

**Art. 36.** O mapa de riscos é o documento que materializa a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual e propõe controles capazes de mitigar as possibilidades ou os efeitos da sua ocorrência.

2.3. Ademais, considerando o § 3º do Art. 40 do referido Decreto, a identificação dos riscos foi analisada conforme a Portaria nº 217, de 08 de dezembro de 2021, que estabelece a Metodologia de Gestão de Risco no Âmbito do Poder Executivo Estadual, elaborado o presente Mapa de Riscos e Matriz de Riscos para o objeto em tela.

3. **IDENTIFICAÇÃO DO RISCO**

- 3.1. Risco de especificação inadequada e insuficiente do objeto;
- 3.2. Risco de seleção de proposta inadequada;
- 3.3. Risco de não haver disponibilidade orçamentária;
- 3.4. Risco de aumento dos custos de serviço;
- 3.5. Risco de qualidade inferior do produto e serviços;
- 3.6. Atraso na entrega.

4. **ESCALA DE PROBABILIDADE**

Frequência	Significado
Raríssima	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.

Frequência	Significado
Rara	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Eventual	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Frequente	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.

5. ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS

Impacto	Significado
Irrelevante	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).
Pouco relevante	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.
Relevante	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação.
Muito relevante	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.

6. ESCALA DO NÍVEL DE RISCO

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

7. CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO

RISCOS	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO	NÍVEL DE RISCO	IMPACTOS	MITIGAÇÃO	RESPONSABILIDADE
Risco de especificação inadequada e insuficiente do objeto	Falta de clareza sobre os produtos e serviços a serem contratados	Planejamento	Administração	Alto	Aumento de custos, insatisfação dos usuários e dificuldade na avaliação da proposta.	Elaboração de um termo de referência detalhado e preciso, com especificações técnicas claras.	Contratante
Seleção de proposta não qualificada.	Escolha de uma empresa sem capacidade técnica ou financeira para prestar o serviço.	Seleção da Proposta	Administração	Médio	Problemas na execução do contrato, atrasos na entrega e prejuízos financeiros.	Análise rigorosa das propostas, verificação da documentação da empresa e consulta a cadastros de fornecedores.	Contratante
Subdimensionamento orçamentário	Orçamento insuficiente para cobrir os custos do serviço.	Planejamento	Administração	Baixo	Impossibilidade de contratar a empresa mais adequada ou necessidade de realizar aditivos contratuais.	Análise detalhada dos custos e elaboração de um orçamento realista, considerando eventuais imprevistos.	Contratante
Aumento dos custos do serviço	Variação de preços dos insumos, aumento da demanda, etc.	Execução do Contrato	Contratante	Alto	Impacto no orçamento da contratante.	Previsão de índices de reajuste, negociação de preços fixos ou com variação limitada e acompanhamento constante dos custos.	Contratante
Qualidade inferior dos produtos e serviços	Alimentos estragados, falta de higiene, atendimento inadequado.	Execução do Contrato	Contratada	Alto	Insatisfação dos participantes do evento, problemas de saúde e imagem negativa.	Especificações técnicas detalhadas, acompanhamento da execução dos serviços e definição de critérios claros de avaliação da qualidade.	Contratada
Atraso na entrega dos serviços	Não cumprimento do prazo estabelecido no contrato.	Execução do Contrato	Contratada	Baixo	Interrupção do evento, insatisfação dos participantes e prejuízos à imagem da contratante.	Elaboração de um cronograma detalhado, acompanhamento constante da execução do contrato e aplicação de penalidades por atraso.	Contratada

8. CONCLUSÃO

Ressalta-se a importância de identificar e avaliar os riscos associados à contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, nos ambientes internos e externos das unidades do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO, mesmo que pareça simples, envolve diversos riscos que precisam ser gerenciados de forma adequada para garantir o sucesso do evento junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO.

REQUISITANTE
<b>Railana Pinto de Souza</b> Gerente Administrativa GERADM/DETRAN/RO

CIENTE
<b>Philippe Dionísio Mendonça</b> Coordenador Administrativo COADM/DETRAN/RO

CONSOLIDAÇÃO
--------------

**Mariana Fátima Andrade**  
Chefe do Núcleo de Aquisições e Contratações  
NAC/DETRAN/RO

**DE ACORDO**  
**Ândria Povodeniak Stenzel**  
Diretora de Planejamento, Administração e Finanças -  
DIPAFI  
DETRAN/RO/DIPAFI

**APROVO**  
**Sandro Ricardo Rocha dos Santos**  
Diretor Geral  
DETRAN-DIRGERAL  
DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Philipe Dionisio Mendonca, Coordenador(a) de Administração**, em 06/03/2026, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Railana Pinto de Souza, Gerente**, em 06/03/2026, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FATIMA ANDRADE, Chefe de Unidade**, em 06/03/2026, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andria Povodeniak Stenzel, Diretor(a)**, em 06/03/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 09/03/2026, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69852492** e o código CRC **2EACE0DC**.



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

### MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO** que celebram entre si o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA** – **DETRAN/RO**, e de outro, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para fins que especificam.

O **Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, n.º 4.477, bairro Costa e Silva, nesta capital do Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. XXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXX, portador do RG n.º XXXXXX, da SSP/XX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a Empresa ....., com sede em....., na....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu ....., ....., brasileiro, residente e domiciliado em ....., inscrito no CPF sob o n.º ....., portador da Carteira de Identidade n.º ....., doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, visando atender as necessidades do DETRAN/RO, proveniente do **Pregão Eletrônico n.º 90006/2026/CPLMS/DETRAN/RO**, que atende ao **Processo Administrativo n.º 0010.032412/2025-56**, proveniente nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

**1.1.** O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes.

**1.2.** Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato – e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições aqui não expressamente alterados – o Instrumento Convocatório e seus anexos, bem como as Propostas e demais elementos apresentados pela CONTRATADA que tenha servido de base para o julgamento do **Pregão Eletrônico n.º 90006/2026/CPLMS/DETRAN/RO**, que atende ao **Processo Administrativo n.º 0010.032412/2025-56**.

**1.3.** Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação ou divergência entre este **CONTRATO** e os demais documentos mencionados acima ou entre estes últimos, prevalecerá o **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** e depois os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de repelência de pombos e outras aves, em ambientes internos e externos, nas unidades do DETRAN/RO localizadas em Porto Velho, conforme especificações contidas no Termo de Referência (69840802).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO:** Os bens serão entregues conforme cronograma, prazos e condições estabelecidas no item 14 e subitens do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE FORNECIMENTO:** Ficam aquelas definidas no item 14 e subitens do termo de referência.

**CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL:** Não será exigido, conforme item 25.7 do Anexo I – Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DO OBJETO:** Ficam aquelas definidas no item 11 e subitens do termo de referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:** Ficam aquelas estabelecidas no item 20 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

**CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO E MAPA DE RISCO:** Em atendimento ao artigo 6º, inciso XXVII, da Lei 14.133/2021 ficam listados os possíveis eventos supervenientes a assinatura de contrato no mapa de riscos constante no ID 69852492.

**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA:** A vigência contratual será de 01 (um) ano a contar da assinatura, conforme subitem 25.1.4 do Termo de referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E PAGAMENTO:** O valor desta contratação é de XXXXXXXXXXXXXXX, já estando nele incluídos os custos indiretos sobre a execução do serviço, tais como: tributos, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer despesas resultantes da entrega dos itens propostos, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário e quaisquer outras que forem devidas.

**Parágrafo único.** As formas e condições de pagamento estão descritas no item 26 do Termo de Referência e seus anexos e a Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXX, endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U.O.: 15020 - **1015 – Gestão Administrativa do Poder Executivo - Ação: 2281 - CONSERVAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**, conforme Declaração de Adequação Financeira 68786111.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item 24.1 do Termo de Referência e seus anexos.

**12.1** Cumprimento da exigência de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determina o artigo 92, XVIII da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no item 24.2 do Termo de Referência e seus anexos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:** Os valores das multas aplicáveis estão indicadas no item 27 do Termo de Referência e seus anexos, caso apresente alguma das situações ali previstas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** Conforme disposto no item 25.2 do Termo de Referência e seus anexos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO:** O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 115, da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

§ 2º A Contratada reconhece os direitos em caso de EXTINÇÃO DOS CONTRATOS administrativa prevista no art. 137, da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO:** Fica vedada cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência, por parte da CONTRATADA, conforme item 19 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DOS CASOS OMISSOS:** As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO:** Fica eleito o Foro da comarca de Porto Velho-RO, sem prejuízo de nenhum outro, por mais privilégios que tenha, para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir em decorrência da aplicação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO:** Incumbirá à Contratante, providenciar a publicação do resumo deste instrumento, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PGE-DETRAN:** Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**Parágrafo único.** Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes. Porto Velho-RO, data e hora do sistema.



Documento assinado eletronicamente por **Israel da Silva Sousa, Pregoeiro(a)**, em 09/03/2026, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69867570** e o código CRC **0F7521C6**.